

O atraso da Constituinte e a vitalidade da sociedade ^{ANC}

Após um ano de funcionamento, quase todo ele caracterizado por discussões bizantinas, batalhas retóricas e espetáculos pirotécnicos, a Assembléia Nacional Constituinte até agora conseguiu aprovar apenas o preâmbulo, os princípios gerais e alguns artigos do capítulo que trata dos Direitos Individuais e Coletivos da futura Carta Magna. E isso somente foi possível porque, animados com a chegada do carnaval, os parlamentares deixaram de lado sua habitual indolência, empenhando-se a fundo para chegar ao final da semana que passou com pelo menos um capítulo inteiramente discutido, votado e aprovado. Se não conseguiram tanto, pelo menos num surpreendente clima de fraternidade e entendimento eles finalmente conseguiram a proeza de "mostrar serviço".

A única exceção nesse esforço conjunto coube, como sempre, à minoria filototalitária. Preocupada em não deixar passar em branco estes dias que antecedem o reinado de Momo, essa bancada, cuja capacidade de fazer barulho é inversamente proporcional à sua densidade eleitoral, concentrou todos os seus esforços na tentativa de impedir a inclusão do terrorismo na lista de crimes sem fiança ou anistia. Com que justificativa? Sob o safado argumento de que a violência do terrorismo é de natureza diversa daquela inerente à tortura, ao seqüestro, ao tráfico de drogas e demais "crimes hediondos", bem como sob o pretexto ominoso de que "o terrorista de hoje pode ser o herói de amanhã"... (Eles ainda não perderam a esperança.)

Nesta semana, e agora contando com a ajuda do painel eletrônico consertado por um técnico alemão, os nossos legisladores terão a oportunidade de discutir e votar temas bem mais controvertidos, como é o caso das questões relativas à garantia de emprego, ao piso salarial, à duração da jornada de trabalho, ao pagamento de horas extras, à prescritibilidade das ações trabalhistas e aos novos critérios da representação sindical. Se for mantido o clima de boa vontade e entendimento registrado nestes últimos dias, quando a maioria dos parlamentares parece ter levado a sério o mandato que lhes foi outorgado pelo eleitorado em 1986, é provável que, após o carnaval e dissipados os eflúvios de Momo, a Assembléia Nacional Constituinte já esteja em condições de concluir a aprovação do título II da futura Carta Magna, passando a discutir e a votar os capítulos sobre a "nacionalidade", os "direitos políticos" e o "sistema partidário" — matéria em torno da qual existe uma certa concordância entre os parlamentares das mais diversas tendências doutrinárias, com exceção, é claro, do bloco filototalitário integrado pelo pessoal do PT, do PCB, do PC do B e do PDT.

Ora, tudo isso nos mostra que, por maior que seja a boa vontade e o empenho da maioria de nossos legisladores em negociar e em recuperar o ano inteiramente perdido em tolices retóricas e devaneios utópicos, dificilmente as questões fundamentais relativas ao sistema de governo e à duração do mandato presidencial poderão entrar em pauta antes do fim de abril ou do começo de maio. Em função das manhas e artimanhas do tão emendado e remendado regimento interno da Assembléia, é praticamente impossível, em termos técnicos, discutir e votar o extenso título III, que trata da "organização do Estado", em menos de cinquenta dias. Mesmo que haja um amplo acordo entre os constituintes com relação ao teor do título III, não há como se antecipar a tramitação das duas questões que, hoje, estão paralisando o País — o regime de governo e a data do término do governo Sarney.

Isso significa, portanto, que o estado de hibernação em que o País se encontra no momento irá perdurar por muito tempo. E o preço a ser pago por isso pode ser o descolamento das instituições governamentais do resto da Nação, isto é, a ruptura entre o País bandalho e o País sério. Por uma razão simples: a sociedade brasileira está cansada e enojada de tanta hipocrisia e de tanta demagogia praticada por um governo que, sem ao menos corar, confessa que nestes três anos não fez outra coisa senão errar e ser enganado, jogando o País na pior crise de sua história. Uma crise tão grave que a sua continuidade, por causa da indefinição do mandato do atual presidente da República, vem rompendo com a unidade do Estado brasileiro, como consequência do loteamento da máquina administrativa federal, fazendo com que a economia funcione em marcha lenta tendendo para o ponto morto e disseminando na sociedade um perigoso sentimento de desconfiança e revolta contra suas "elites" políticas.

Esse autêntico divórcio entre as instituições governamentais e a sociedade brasileira poderia ter sido evitado caso a Assembléia Nacional Constituinte tivesse, desde o início de suas atividades, trabalhado com a seriedade que está demonstrando agora, concentrando sua atenção na elaboração de uma ordem jurídica nova, moderna, legítima, capaz de acabar de uma vez por todas com o País bandalho. Tendo optado, no entanto, pelo tortuoso caminho da demagogia e da utopia e tendo procurado gerir o País mediante a transformação do patético inquilino do Planalto num títtere, a Constituinte paga hoje o preço de seu equívoco: mesmo que a maioria de seus integrantes deseje, não há mais como acelerar os trabalhos ao ponto de poder terminá-los neste semestre. O que significa que a crise irá continuar e que o País permanecerá mergulhado no caos, enquanto nossos legisladores vão, na velocidade possível, discutindo, votando e aprovando os capítulos seguintes da Carta Magna nos meses de março a julho, deixando para agosto, na mais otimista das previsões, as discussões relativas às disposições transitórias, a votação em segundo turno e a redação final do texto a ser promulgado. É impensável, portanto, a promulgação da nova Constituição antes dos fins de setembro.

Essa enorme lentidão da Assembléia Nacional Constituinte e o vazio jurídico e os impasses político-econômicos por ela gerados ou agravados têm, contudo, um subproduto que merece muita atenção de todos nós: foi essa situação que fez explodir a insatisfação de nossa sociedade, e a descrença nas instituições governamentais e na "Nova" República teve um lado extremamente positivo: provocou a mobilização de grupos sociais que antes não tinham participação ativa na vida política e valorizou novas lideranças políticas que surgiram nos mais variados setores da vida nacional, como é o caso do setor sindical e da área empresarial.

Esses movimentos de mobilização e o aparecimento dessas novas lideranças que demonstram a vitalidade e o amadurecimento de nossa sociedade, dão-nos a certeza de que, no caso de a Constituinte aprovar, como é provável, até fins de abril, o presidencialismo com o mandato de quatro anos, a campanha presidencial estará inexoravelmente nas ruas, para seguir um curso paralelo ao dos trabalhos da Assembléia e da agonia do governo Sarney. Quando isso ocorrer, estaremos vivendo então uma situação inédita em nossa história: quem estará comandando o País será a sociedade e não aqueles que, encastelados no Estado — no Executivo e no Legislativo — sem credibilidade e sem respeitabilidade, julgam poder falar em nome da Nação.

8 FEV 1988

JORNAL DA TARDE

8 FEV 1988

8 FEV 1988